



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT - RIO TIETÊ DO CBH-SMT

CT-Rio Tietê:	Câmara Técnica Rio Tietê
Reunião:	4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Rio Tietê
Data e horário:	06/06/2023 às 9:00
Local:	A reunião foi realizada presencialmente, no prédio da Secretaria de Educação sito à Avenida Fernando Costa, nº 115 (antiga Avenida Beira Rio), na cidade de Tietê/SP.
Pauta:	<ol style="list-style-type: none">1) Verificação de <i>quórum</i>;2) Aprovação de Ata da reunião anterior;3) Informes do Coordenador e Coordenador Adjunto;4) Apresentação do “Princípio do Poluidor Pagador” pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica, pelo Sr. Marcelo Naufal Argona / Sra. Malu Ribeiro (10 min);5) Sinopse da 1ª reunião da FIAR Tietê – Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê;6) Medição do nível de poluição na divisa de municípios, extensão da mancha poluída, seus indicadores, pela S.O.S. Mata Atlântica;7) Continuação da discussão do Plano de Trabalho da CT – Rio Tietê;8) Comunicados dos membros da CT;9) Encerramento.
Assunto(s) em discussão:	<p>A reunião da CT Rio Tietê iniciou após a superação de dificuldades técnicas com o projetor e a transferência dos arquivos que seriam utilizados nas apresentações previstas. O Coordenador Paulo a abriu seguindo a pauta proposta:</p> <ol style="list-style-type: none">1) Verificação de quórum – Verificou e considerou o quórum suficiente para a continuação da reunião.2) Aprovação de Ata da reunião anterior – Foram feitos apontamentos para correção da Ata da 3ª reunião. Sr. Márcio, da EMAE, esclareceu que, onde se lê Usina da Traição leia-se Usina São Paulo. Após o apontamento das correções, a leitura da Ata foi dispensada e a mesma foi aprovada por unanimidade.3) Informes do Coordenador e Coordenador Adjunto – O Coordenador Paulo informou sobre sua participação na 1ª reunião do Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR-Tietê) sob coordenação da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). Pontuou que foi um evento produtivo que, por meio do preenchimento de formulário digital (até 13/06/2023), entidades públicas, comitês de bacia e sociedade civil poderão informar sobre a situação atual do Rio Tietê em seus municípios, bem como a situação do saneamento básico e indicar ações de melhoria. Como Câmara Técnica Rio Tietê, as informações disponibilizadas vão proporcionar melhor entendimento da sua finalidade, além da apresentação de propostas de ações de planejamento. Esclareceu alguns pontos sobre o programa IntegraTietê que nada mais é do que a continuidade de um apanhado de projetos acerca do Rio



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

Tietê. Fez uma breve apresentação da distribuição dos recursos (5,6 bilhões de reais) dos projetos anteriores, como por exemplo, Nascentes Tietê. Colocou que, muitas vezes, os recursos acabaram sendo destinados para outros projetos, e não direcionados diretamente e os benefícios previstos ocorrem de forma indireta. Referiu-se ao Renasce Tietê, trabalho de medição da qualidade da água, monitoramento da qualidade na entrada e saída dos municípios, o que permite a atribuição de responsabilidades e o impulsionamento de soluções e que municípios como Porto Feliz e Tietê realizam este trabalho. O Coordenador Paulo esclareceu que o Médio Tietê não foi contemplado em nenhum projeto. Assim, é necessário que a Câmara Técnica Rio Tietê apresente um projeto específico para o IntegraTietê. A questão dos túneis da barragem de Pirapora foi levantada e o Coordenador pediu, gentilmente, para que o assunto fosse discutido no item 8 da pauta proposta “Comunicados dos membros da CT”.

4) Apresentação do “Princípio do Poluidor Pagador” pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica, pelo Sr. Marcelo Naufal Argona / Sra. Malu Ribeiro (10 min). Com a apresentação de slides em tela, a Sra. Malu Ribeiro iniciou sua explanação sobre o assunto trazendo as leis que tratam dos recursos hídricos nos âmbitos federal e estadual: Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), Código de Águas (Decreto Federal 24.643 de 10/07/1934), Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/81, Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (11.445/07) com foco em questões como carga difusa e ecobarragens, Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH – 9.433/97). Pontuou sobre o uso dos recursos hídricos (usuário pagador), bem como sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Relatou que o Princípio do Poluidor Pagador tem como objetivo garantir o uso múltiplo da água. Como exemplo de Poluidor Pagador comentou sobre o uso de fertilizantes nas lavouras o que acarreta aumento da DBO nos recursos hídricos. Explanou sobre a questão do enquadramento dos corpos d’água, dispostos pela Resolução CONAMA nº 357/2005, apontando que o modelo de enquadramento atual precisa ser atualizado, pois não trata sobre os afluentes, considera apenas o rio principal da bacia hidrográfica. Sugeriu que o enquadramento seja casado com a outorga para que haja a devida cobrança do uso dos recursos hídricos, considerando a Classe de enquadramento. Trouxe a informação de que o município de Pirapora do Bom Jesus é o exutório da bacia hidrográfica do Alto Tietê e que o enquadramento do Rio Tietê a montante de Pirapora do Bom Jesus é Classe 4 e, de Pirapora do Bom Jesus jusante a montante do município de Barra Bonita o enquadramento é Classe 2. O Sr. Marcelo Naufal complementou a informação enfatizando que a região do Médio Tietê presta serviços ambientais para a melhora da qualidade do Rio Tietê, que é importante buscar soluções baseadas na natureza para a despoluição do Rio Tietê e que o trecho entre os municípios de Cabreúva e Salto, por suas características geográficas (corredeiras que são consideradas como uma zona de autodepuração), são “pulmões do Tietê” e os municípios devem ser remunerados financeiramente pelo serviço ambiental prestado. A Sra. Malu Ribeiro retomou sua fala trazendo a necessidade de manter a Classe 2 do Rio Tietê e trabalhar na adoção de outras ações, como por exemplo, discutir no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) sobre a alteração da legislação, excluindo a possibilidade de os rios estarem na Classe 4. Pontuou que apenas os municípios de Conchas e Iperó, pertencentes



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

à Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da região do Sorocaba e Médio Tietê (UGRHI 10) são Classe 4, sendo que todos os outros municípios são Classe 2. Aproveitou para ressaltar alguns casos de mudança do enquadramento através de ações de monitoramento da qualidade da água e sistemas de tratamento terciário de efluentes (rios Pirajibu e Jundiáí). No caso da bacia dos rios Piracicaba e Jundiáí (PCJ), mesmo recebendo uma alta carga de poluição do Alto Tietê, além da adoção de sistemas de tratamento avançados, a criação de bolsões de área verde contribuíram para a melhora da qualidade da água devido a sua função ecossistêmica, e estão enquadrados na Classe 2. Critérios como as outorgas de diluição (cheia e seca), a Deliberação CRH nº 146 de 11/12/2012 que estabelece procedimentos para elaboração de relatório da situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica e o restabelecimento do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) são importantes para buscar a mudança na legislação e exclusão do enquadramento de rios Classe 4. Considerou necessário o estabelecimento de políticas públicas para a melhoria da qualidade das águas citando o exemplo da região da cabeceira do rio Jundiáí, enquadrado como Classe 1 e a região de Biritiba Mirim que abastece a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Apresentou dados da medição da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) no Cebolão (RMSP) em 591 T e na bacia do PCJ em 106 T (provenientes do agronegócio). Exaltou a importância do Decreto Estadual 50.667/06 que estabelece os critérios para cobrança pelo uso dos recursos hídricos e, conseqüentemente, a geração de arrecadação para o Estado de São Paulo, bem como a necessidade de estabelecer a cobrança e o enquadramento dos recursos hídricos. Pontuou que a Agência de Bacia do Alto Tietê dispõe de recursos da cobrança do Princípio do Poluidor Pagador, aprovado no CRH. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho voltado para essa questão (GT Cobrança), destacando a importância de valorar os serviços ambientais/ecossistêmicos que a região do Médio Tietê proporciona, enfatizando que o Médio Tietê tem direito. Finalizou dizendo que 78% da arrecadação do FEHIDRO vem do produto da cobrança do Rio Tietê e que é urgente uma discussão maior sobre o Princípio do Poluidor Pagador para a Bacia Hidrográfica do Sorocaba Médio Tietê. O Coordenador Paulo Takeyama agradeceu a apresentação e observou que o assunto continuará em discussão no Comitê.

5) Sinopse da 1ª reunião da FIAR Tietê – Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê – A sinopse foi apresentada no item 3 “Informes do Coordenador e Coordenador Adjunto”.

6) Medição do nível de poluição na divisa de municípios, extensão da mancha poluída, seus indicadores, pela S.O.S. Mata Atlântica. Sra. Malu Ribeiro fez uma breve introdução ao tema trazendo a importância da medição do nível de poluição na divisa de municípios para o monitoramento da qualidade da água do Rio Tietê em toda a sua extensão. Foram entregues aos membros presentes alguns exemplares da cartilha “Observando os Rios 2017 – O Retrato da qualidade da água e a evolução dos indicadores de impacto do Projeto Tietê” de autoria da Fundação SOS Mata Atlântica. Foi possível visualizar, por meio de um gráfico, as classes de enquadramento do Rio Tietê (a montante de Pirapora do Bom Jesus e de Pirapora do Bom Jesus jusante a montante do município de Barra Bonita), citadas anteriormente na apresentação sobre o Princípio do Poluidor Pagador. O Coordenador Paulo agradeceu a



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT

apresentação e pontuou a importância do trabalho realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica e que o assunto continuará em discussão no Comitê.

7) Continuação da discussão do Plano de Trabalho da CT Rio Tietê. Foram discutidos os seguintes pontos para a continuação do Plano de Trabalho. A Sra. Malu Ribeiro, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, pontuou a importância da questão do monitoramento direto da qualidade da água e dados de tratamento de esgoto dos municípios, a valoração dos serviços ecossistêmicos, a busca por recursos e levantamento de dados para a elaboração do Plano de Trabalho. Sugeriu a criação de um grupo de trabalho – GT Pesquisa Tietê – trabalhos já elaborados e propostas de ações ao longo do Tietê. Como conselheira do CRH, pode disponibilizar três trabalhos realizados no Projeto Vertentes do Tietê com os seguintes eixos: comunicação (Defesa Civil), regras operativas e Projeto Interbacia, olhar por inteiro o Rio Tietê, proposta de reunião da CT Rio Tietê com vertente do CRH, utilização de informações, como por exemplo, Atlas da Fundação SOS Mata Atlântica dividido por bacia, município, estado, Mapbiomas Brasil – SADE – imagens de satélite (Detecta), convite aos empreendedores das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) para discussão do processo de licenciamento em andamento, participação nas oficinas do Plano de Manejo APA Tietê (em revisão). O Sr. Ismar Ferrari fez sua colocação dizendo que existe um documento referente aos túneis da barragem de Pirapora desenvolvido pelo INEVAT, e que este trabalho serviria como base para a composição do Plano de Trabalho, pois possui propostas de soluções para a poluição do Rio Tietê. Sugeriu parcerias com representantes da CT para fortalecer o plano de trabalho lembrando do processo aberto pela Prefeitura de Itu o qual serviria como documento base para sustentar a legalidade das proposituras do Plano de Trabalho. O Sr. Eder Borges, representante da Prefeitura de Cabreúva, trouxe a importância da questão da fiscalização na APP do Rio Tietê referindo que o município de Araçariguama apresenta grandes áreas de desmatamento e observando a necessidade de um trabalho de mapeamento da APP Médio Tietê por meio de drones. O Sr. Waldnir Gomes, representante da Fundação Florestal, comentou sobre a reunião RM Sorocaba na qual foi divulgada a proposta de realização de trabalho de fotometria para monitoramento do desmatamento no Estado de São Paulo, que será ofertado pelo Estado, previsão de início dos trabalhos no 2º Semestre 2023, além de um Convênio Federal que será ofertado aos municípios e aos CBH's. Acrescentou a necessidade da definição do Plano de Trabalho, deixou questionamentos para os membros pensarem para a próxima reunião: o que somos? O que podemos fazer? Pontuou a importância de se fazer uma análise dos lançamentos de efluentes (considerando parâmetros como DBO e eficiência de remoção), assoreamento e áreas de APP. Sugeriu a organização das informações para a definição de objetivos e, assim, efetivar ações. Considerou que a articulação com prefeitos é essencial para efetivar o Plano de Trabalho, prefeitos compromissados com a situação do Rio Tietê. Finalizou dizendo que iria enviar o material da 2ª Reunião do Fórum Paulista de Bacia Hidrográfica para o CT Rio Tietê.

8) Comunicados dos membros da CT. A Sra. Malu Ribeiro, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, comunicou que as licenças das PCH's da região de Cabreúva/Itu estão em processo de renovação e que modificações nas áreas da APP foram sugeridas por parte do empreendedor e que os empreendedores têm a concessão da exploração hidroenergética e que há a necessidade de



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

previsão nos Planos de Manejo da APA Cabreúva e APA Tietê. Continuou comunicando que o estudo da várzea sistema Tietê/ Cabreúva/ Pirapora/Salto foi aprovado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) mas que o CONDEPHAAT foi destituído. Colocou a necessidade de se unirem forças e da promotoria pressionar pela recomposição do conselho. Sugeriu que a CT Rio Tietê encaminhe um ofício ao CONDEPHAAT e finalizou dizendo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o tombamento nas regiões de Pirapora e Salto. O Sr. Ismar Ferrari, representante do INEVAT, reforçou seu pedido à EMAE sobre a disponibilização do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) dos túneis de Pirapora e pontuou que a PCH Salto – Parque das Lavras gera um grande impacto ambiental para o Parque e para a cidade. Em resposta às colocações do Sr. Ismar Ferrari, o Sr. Marcio Martins, representante da EMAE, informou que estão procurando o RIMA nos arquivos da EMAE/Eletropaulo, e que não existe projeto de duplicação nas estruturas da Usina São Paulo a qual é responsável pelo controle de cheias da bacia do Rio Pinheiros. Acrescentou que a barragem de Pirapora, em período de chuvas, pode chegar a uma vazão de 1.200 m³/s, e que toda essa contribuição vai para o Médio Tietê, pontuando a importância de se respeitar a cota de segurança da barragem e que o bombeamento do Rio Pinheiros para a Billings acontece quando esta cota é atingida. Foi sugerido pelos membros presentes na reunião a criação de um GT Túneis para tratar sobre o assunto das barragens da EMAE e que, para a formalização da criação do GT, registre-se em Ata a proposta da criação do grupo e abertura para participação (convite). Ressaltaram a necessidade da representação do DAEE, CETESB no GT Túneis e, em momento oportuno, a apresentação para a CT Rio Tietê do diagnóstico dos trabalhos do GT. Membros presentes na reunião que manifestaram interesse na participação: Márcio Martins (EMAE), Ismar Ferrari (INEVAT), Samara Bezerra (CIS) e Eder Borges (Prefeitura de Cabreúva. Em seguida o Sr. Francisco Moschini, representante do INEVAT, fez uma breve apresentação de fotografias tiradas em 2014 na cidade de Salto, barragem de Porto Góes, onde foi possível ver grande quantidade de lama negra, espuma e peixes mortos. Trouxe à reflexão dos presentes a questão da poluição do Rio Tietê e os impactos das barragens a montante do município de Salto. O Sr. Eder Borges, representante da Prefeitura de Cabreúva, questionou sobre o retorno das reuniões do Todos pelo Tietê, referindo que compareceu às reuniões de 2018 e 2019 onde foram discutidos os problemas da poluição do Rio Tietê nos municípios de Cabreúva/Itu/Salto, com a participação de representantes da sociedade civil tais como o Rotary Clube, Associação Comercial, Indústrias e Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Salto. Comentou sobre a classificação dos municípios no Programa Município VerdeAzul que a poluição do Rio Tietê impacta na pontuação dos municípios. O Coordenador Paulo esclareceu que, em breve, o evento “Todos pelo Tietê”, com previsão para o segundo semestre do corrente ano, será divulgado.

9) Encerramento - Apresentação dos agradecimentos do Coordenador Paulo Takeyama aos presentes, notando que a reunião foi muito proveitosa e pedindo, mais uma vez, desculpas pela demora para o início da reunião.



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê - **CBH-SMT**

Conclusões e Encaminhamentos:	A próxima reunião da CT Rio Tietê fica agendada para o dia 01/Agosto/2023, às 9 horas, no município de Itu, conforme agenda.
Observações:	-
Responsável pela redação:	Samara Rodrigues Ataliba Bezerra

LISTA DE PRESENÇA	
Anicleide Zequim	USP
Eder P. Borges	Prefeitura de Cabreúva
Francisco Antonio Moschini	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT
Ismar Ferrari	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT
João Luiz de Oliveira Filho	SAE Jumirim
Lucas Amadio Polastre	Prefeitura de Tietê
Malu Ribeiro	Fundação SOS Mata Atlântica
Marcelo Nascimento	
Marcelo Naufal Argona	Rede das Águas
Marcia Tamer	
Marcio Antonio Martins	EMAE
Nilson Bertola	
Paulo Takeyama	Instituto de Estudos Vale do Tietê - INEVAT
Rodrigo de Andrade Modolo	
Rodrigo Marcuz Batistuzzo	Santuzzo
Samara Rodrigues Ataliba Bezerra	Companhia Ituana de Saneamento - CIS
Sandra Martins de Melo	
Sulleiman Selriavi Nubon	
Thais H. Nogueira	
Valter Consorte	
Yago Alves de Oliveira	
Waldnir Gomes Moreira	Fundação Florestal